

7.2. Panorama das transformações socioeconômicas e territoriais nos biomas brasileiros ao longo do período intercensitário 2010-2022

Transformações Territoriais | Urbanização | População-ambiente | Vulnerabilidades | Desenvolvimento Regional

RAPHAEL VILLELA ALMEIDA • CÉSAR MARQUES

O Brasil passou por importantes mudanças sociais e territoriais ao longo do último intervalo intercensitário. A realidade revelada pelos dados preliminares do Censo Demográfico de 2022 sugere que a transição demográfica se acelerou, graças à persistência da queda da fecundidade e ao aumento da longevidade, a despeito do choque de mortalidade provocado pela COVID-19. O nível de escolaridade da população aumentou, e esta passou a autodeclarar-se menos como de cor/raça branca e mais como pretos, pardos, indígenas ou quilombolas. O território tornou-se ainda mais urbano, com maior crescimento das cidades de porte médio (entre 100 e 500 mil hab.) frente aos municípios de grande porte ou que são capitais de UF. O acesso ao saneamento básico foi ampliado, embora ainda permaneça em patamar distante da universalização. O número médio de moradores por domicílio manteve a tendência histórica de redução, mas com expressivo aumento do contingente de domicílios frente ao crescimento da população. Ainda assim houve aumento do percentual da população que reside em áreas definidas como favelas e comunidades urbanas.

Na economia, o país enfrentou dois grandes choques: a recessão nos biênios de 2015/16 e 2020/21 (decorrente da pandemia da COVID-19). Apesar da resiliência e recuperação após estas crises, o período 2010-2022 contrasta fortemente com a década de 2000, pois é marcado por baixo crescimento econômico, estagnação do PIB per-capita, interrupção da queda da pobreza e da desigualdade, além do enfraquecimento das políticas públicas.

Mudanças significativas também foram observadas no uso da terra ao longo da década de 2010. Segundo o produto “Contas de Ecossistemas: O uso da terra nos biomas brasileiros”, produzido pelo IBGE, o Brasil perdeu cerca de 190 mil km² (área equivalente ao estado Paraná) de cobertura vegetal natural, sobretudo na Amazônia e no Cerrado, acompanhados principalmente pela expansão da agricultura, a pecuária e a silvicultura. Ao longo deste período manteve-se a tendência de redução das áreas naturais e de intensificação dos usos antrópicos.

Em razão da natureza ímpar que caracteriza a sociedade e o território brasileiros, como a vasta extensão territorial, a megadiversidade natural e socio-cultural e as desigualdades regionais, é fundamental que as transformações

observadas no período 2010-2022 sejam também analisadas em outros níveis e recortes geográficos.

Analisar como a realidade retratada pelos Censos Demográficos de 2010 e 2022 se desagrega, ou decompõe, em outros níveis e recortes territoriais de análise, para além da divisão político-administrativa oficial, é importante para revelar dimensões ocultas, ou negligenciadas, acerca da relação entre população, ambiente e desenvolvimento. Apresentamos dois argumentos que justificam a potencial contribuição epistemológica e metodológica-operacional oferecida por este projeto.

Primeiro, acreditamos que as análises centradas exclusivamente na divisão oficial do território condicionam nossa interpretação, fazendo-nos enxergar o país a partir de uma única entre as múltiplas geografias possíveis. Outras formas de recorte, como as baseadas em biomas, permitiriam recompor o território segundo lógicas naturais e socioambientais, evidenciando processos, inclusive sociais, que permanecem invisíveis quando limitamos o olhar às fronteiras oficiais.

Segundo, os novos produtos oferecidos pelo IBGE, como o “Bioma predominante por Município para fins estatísticos”, facilitam a operacionalização e a integração entre diferentes fontes de dados e demais informações geoespaciais, o que, neste caso, se dá pela a malha municipal. Essas inovações permitem realizar análises em recortes alternativos, como os biomas, sem romper a coerência estatística das informações, ampliando a capacidade de leitura das relações entre população, ambiente e desenvolvimento no Brasil.

A questão central que norteia este projeto sintetiza-se na forma da seguinte pergunta: quais configurações do território e da sociedade brasileira se revelam quando o país é analisado a partir do recorte geográfico dos biomas, e como essa leitura contribui para a compreensão das relações entre população, ambiente e desenvolvimento no início deste segundo quarto de século?